

## **GREVE POLÍTICA E DEMOCRÁTICA**

Luiz Carlos Bresser-Pereira

*Folha de S. Paulo, 26.07.1983*

A greve geral que estava programada para o último dia 21, em protesto contra a política econômica do governo, afinal não foi geral, mas nem por isso deixou de ser uma bem sucedida manifestação democrática. São Paulo não parou inteiramente, mas para pela metade. Em parte porque os trabalhadores pacificamente deixaram de se apresentar no trabalho, em parte porque a classe média de funcionários e os comerciantes com lojas situadas em locais propícios a manifestações públicas se amedrontaram: os primeiros ficaram em casa ou foram para clubes e shoppingcenters, os segundos fecharam suas lojas.

A própria classe dominante sentiu-se dividida perante a greve. De um lado, apoiavam as medidas repressivas e acauteladoras das autoridades. Afinal “greve geral” e “greve política” sempre foram expressões malditas para as classes conservadoras, porque sempre foram identificadas com subversão, desestabilização do regime, revolução E não sem motivo. Desde o século XIX os revolucionários de esquerda sempre pretenderam que uma greve geral seria o estopim da revolução popular.

Mas estava óbvio para qualquer pessoa de bom senso, inclusive para boa parte dos empresários, que a greve do dia 21, embora política e eventualmente geral, não era em absoluto subversiva. Afinal a reivindicação dos trabalhadores era muito semelhante à dos empresários: mudança da política econômica, retomada do desenvolvimento e dos níveis de emprego, e recuperação da soberania nacional em matéria de política econômica.

É certo que os trabalhadores estão mais especialmente indignados com o desemprego e o redutor de 80% no INPC para cálculo dos seus salários; que os empresários industriais e comerciais revoltam-se com a falta de mercado para seus produtos, com o crescente número de falências concordatas, e com as altas taxas de juros; e que os banqueiros, que

até há algum tempo eram os únicos a apoiar o governo, vêm aumentar sua própria perplexidade diante da incongruência e instabilidade da política econômica oficial.

Mas essas diferenças não escondem o fato básico: a grande opção em matéria de política econômica que existe hoje para o Brasil não está no plano da distribuição da renda, mas na política de manter e ampliar a produção e a renda, como deseja a sociedade civil brasileira, contra a política oficial que pretende reduzi-la para promover o “ajustamento” interno e externo.

Sem dúvida, se não houvesse outra alternativa senão a recessão, as falências e o desemprego para combater o desequilíbrio externo e a inflação, a luta de classes para saber quem deverá perder mais seria fundamental. Mas o que a greve do dia 21 pretendeu lembrar é o mesmo que a grande maioria dos empresários tem repetido insistentemente: que existe uma alternativa não recessiva para a economia brasileira. Por isso a greve não podia deixar de ser olhada com certa simpatia pelo restante da sociedade civil.

Na verdade, esta greve foi mais um passo no caminho da democratização da sociedade civil brasileira, na medida em que abriu um pouco mais o espaço no sistema de poder existente na sociedade para os trabalhadores e para seus líderes sindicais mais autênticos e mais responsáveis. E ao mesmo tempo foi mais uma demonstração profunda dissintonia entre a sociedade civil e o governo, governo cada vez mais isolado, cada vez mais paralisado, cada vez mais ilegítimo em seu autoritarismo fora do tempo e do lugar.(26/07)